O que a licença é e o que não é

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A licença de digital payment token (DPT, token de pagamento digital) não é uma categoria autônoma de licença no Payment Services Act 2019 (PSA). É uma licença de standard payment institution ou de major payment institution cujo âmbito inclui o serviço de DPT, possivelmente ao lado de outros serviços de pagamento. A empresa que converte dólares de Singapura de clientes em tokens e envia os tokens ao exterior normalmente terá uma licença para serviços de DPT juntamente com a transferência internacional de dinheiro. A empresa que emite uma stablecoin em dólar de Singapura e opera uma exchange combinará a emissão de moeda eletrônica com os serviços de DPT.[1] O ponto prático é que o requerimento é analisado serviço por serviço. Acrescentar um serviço mais tarde exige um pedido de alteração que passa por boa parte do mesmo escrutínio. Por isso, o âmbito deve ser definido tendo em vista o plano de negócios de três anos.

A licença é também pessoal da entidade. Não pode ser transferida. Uma mudança de controle de 20% ou mais exige aprovação prévia da Monetary Authority of Singapore (MAS) nos termos da seção 27 da lei, assim como a nomeação do chief executive officer e dos administradores (directors), nos termos da seção 37.[2] As estruturas de grupo em que a licenciada de Singapura é subsidiária de uma exchange estrangeira precisam, portanto, ser desenhadas antes do requerimento. A MAS

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

olhará até o controlador final e pedirá, sobre os acionistas e a alta administração da controladora, as mesmas informações de idoneidade e aptidão (fit and proper) que pede sobre os da própria requerente.

Notas

1. PSA, seção 6(2) e First Schedule, Parte 1: a licença especifica os serviços de pagamento que o licenciado pode prestar, e o licenciado deve requerer a alteração da licença antes de acrescentar um serviço. ↩
2. PSA, seções 27 (controle de licenciados: aprovação de controlador de 20%) e 37 (aprovação de chief executive officer, administrador e sócio). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com